

As organizações de produtores rurais na França*

Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol**

Resumo

O texto tem como objetivo principal analisar, de forma contextualizada, o processo de formação das organizações profissionais agrícolas (sindicatos, associações e cooperativas de produtores) na França. A escolha deste tema se deve à importância política que tais organizações no contexto agrícola francês e, em particular, no processo de modernização tecnológica da agricultura francesa, que ocorreu em co-gestão com o Estado. Todavia, esse modelo de representação política dos interesses dos agricultores no Estado francês tem passado por dificuldades na medida em que as reformas da PAC ao introduzirem o pagamento direto aos agricultores, geraram uma crise de identidade, que se refletiu nessas organizações agrícolas.

Palavras-chave: Organizações agrícolas; produtores rurais; sistema de co-gestão.

Rural producers organizations in France

Abstract

The text has as main objective to analyze, in a contextualized form, the formation process of the agricultural

* Esse artigo foi elaborado a partir do desenvolvimento do Estágio Pós-Doutoral realizado no período entre Outubro de 2004 e Julho de 2005 na École de Hautes Etudes em Sciences Sociales – EHESS de Paris, sob a supervisão dos Profs. Afrânio Garcia e Ignacy Sachs e com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

** Professora do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Campus de Presidente Prudente. (rosangel@fct.unesp.br).

professional organizations (unions, associations and cooperatives of producers) in France. The choice of this subject is due to the political importance these organizations assume in the French agricultural context and, in particular, in technological modernization process of French agriculture, that happened in co-administration with the State. Though, this political representation model of the farmers' interests in French State has been having difficulties as the reforms of PAC, when introduced the direct payment to the farmers, generated an identity crisis, which was reflected in those agricultural organizations.

Key words: Agricultural organizations; rural producers; co-administration system.

Introdução

A ação coletiva deve ser apreendida como uma construção social, na qual os diferentes atores estão ligados entre si por uma rede ou um sistema de relações sociais.

Além da existência de um projeto em comum, o fato de estarem previamente estruturadas em comunidades ou em torno de grupos de interesse (religiosos, produtivos, familiares ou para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, por exemplo) pode contribuir para o desenvolvimento da ação coletiva, seja formal (associações e cooperativas) ou informal (ajuda mútua, por exemplo).

Considerando, entretanto, a diversidade de experiências e de especificidades dessas organizações coletivas em termos mundiais, procurou-se analisar neste artigo o processo de formação das organizações de produtores rurais na França e as relações institucionais estabelecidas entre estas e o Estado francês por meio da co-gestão.

A escolha deste tema se deve à importância política que essas organizações assumiram no contexto agrícola francês e a crise de identidade que elas enfrentam em virtude da implementação das reformas da Política Agrícola Comum – PAC.

O artigo está estruturado em três partes, além desta introdução, das considerações finais e das referências bibliográficas. Na primeira parte se procurou caracterizar em termos econômicos e sociais a agricultura francesa; na segunda se abordou, de forma contextualizada, o processo de formação e consolidação das organizações de produtores na França e suas relações com o Estado francês; e, por último, se analisou as mudanças ocorridas no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC) e seus efeitos sobre os agricultores e suas organizações representativas.

A importância econômica da agricultura francesa

A agricultura francesa possui, no período atual – início do século XXI -, uma grande capacidade produtiva. Essa importância pode ser constatada por meio de alguns dados disponibilizados pelo Ministério da Agricultura e da Alimentação, da Pesca e dos Negócios Rurais da França (2004), segundo o qual se observa que esse país se constitui no primeiro produtor agrícola da União Européia, com uma produção global que alcançou 62 bilhões de euros em 2003.

No contexto europeu, o país se constitui no primeiro produtor de cereais, de bovinos e de vinho, aparecendo em segundo lugar, depois da Alemanha, na produção de leite e de açúcar de beterraba.

Em termos do comércio internacional, a França se constitui no primeiro exportador da União Européia, para a qual se dirigem 72% das suas exportações agro-alimentares, ocupando em termos mundiais, o segundo lugar como país exportador, sendo superado apenas pelos Estados Unidos.

A situação privilegiada da França no mercado europeu e mundial foi possível devido ao crescimento sistemático e intensivo da sua produção agropecuária. Esse processo, iniciado nos anos 1880, teve na fase acelerada de modernização da agricultura francesa, ocorrido durante os chamados “Trinta Anos Gloriosos” (1945-1975), seu apogeu.

Não obstante à crescente importância da agricultura francesa no contexto da União Europeia e mundial, vários autores têm chamado a atenção para o fato de que a França deixou de ser uma sociedade agrária.

Hervieu (1997) destaca que, ao final do século XIX, os agricultores constituíam um grupo majoritário na sociedade francesa, embora não conseguisse assegurar a produção alimentar do país. Isso porque, a primazia da agricultura não era sequer discutida, já que além da maior parcela da população francesa ser agricultora - representando mais de 40% da população economicamente ativa - esse grupo social representava uma base sólida para o desenvolvimento do país.

Na atualidade, o país é confrontado com problemas relacionados à gestão dos seus excedentes agrícolas, que redundaram, por exemplo, na adoção do sistema de cotas leiteiras em 1984, no momento em que os produtores tornaram-se um grupo minoritário perante os demais (HERVIEU, 1997).

Assim, em 2003, embora a agricultura francesa tenha ocupado 59% do território nacional, com 590 mil explorações, o pessoal ocupado - 920 mil pessoas - representou apenas 3,8% da população economicamente ativa.

Destaca-se também o fato de que nesse processo de transformação que ocorreu no espaço rural, houve uma dupla especialização: a) ao nível das próprias unidades produtivas, cada vez mais especializadas, cujos responsáveis querem afirmar a especificidade da sua identidade individual e coletiva, se diferenciando dos demais produtores - como os viticultores ou os cerealistas -; e, b) ao nível das regiões, que se apresentam cada vez mais reconhecidas sob a forma de bacias de produção - como a cerealista no entorno de Paris, a suinocultura na Bretanha, a leiteira nas áreas de topografia mais acidentadas do leste francês, a viticultura no sul, etc.

Acompanhando esse processo de especialização, constatou-se ao nível regional uma forte concentração da produção, como observou Hervieu (1997). Segundo esse autor, em 1993, 10

departamentos franceses concentravam 41% da produção de leite, contra 32% em 1963; 10 departamentos eram responsáveis por 60% da produção de porcos, sendo que somente a Bretanha detinha 45% do total; 10 departamentos produziam 35% da carne bovina e concentravam perto de 40% do volume total produzido de cereais.

A importância da França em termos de produção agropecuária é paradoxalmente a que faz, na atualidade, a fragilidade da situação dos seus agricultores, em que a autonomia de decisão quanto à quantidade de produzir é cada vez mais reduzida. Esse fato pode ser constatado em dois níveis: interno e externo.

No âmbito interno, destaca-se a importância que as indústrias agroalimentares (IAA) desempenham na economia do país, já que em 2003 tiveram um faturamento de aproximadamente 124.000 bilhões de euros e empregaram 430 mil pessoas.

No setor agroalimentar, as cooperativas, segundo Hervieu (1997) ocupam um lugar particular, com quase 3.800 empresas industriais e comerciais (cooperativas e sociedades de interesse coletivo – SICA). As cooperativas participam de forma fundamental no abastecimento dos agricultores (cooperativas de utilização de material agrícola – CUMA – e as cooperativas de inseminação artificial), ocupando uma posição importante na coleta e no estoque dos cereais e do leite. Estima-se que 90% dos produtores sejam cooperados e que 1/3 do total dos negócios das cooperativas sejam realizados nas atividades industriais de transformação.

No âmbito externo, a perda relativa em termos da decisão de quanto produzir deriva do poder exercido pela União Européia. O protesto contra as decisões tomadas em Bruxelas, nas instâncias européias, se exprime por meio das organizações profissionais, mesmo se considerando que a França tem sido o maior beneficiário dos recursos orçamentários da União Européia destinados à Política Agrícola Comum - PAC.

Cabe-se destacar que essa perda de autonomia do agricultor francês ocorreu em virtude do processo de modernização da

agricultura, que foi acompanhado de uma transformação profunda na relação dos agricultores com a terra. Nesse contexto, vários autores têm chamado a atenção para a questão da identidade dos produtores diante das últimas ações empreendidas pela União Européia no âmbito da Política Agrícola Comum - PAC, em que os mesmos passaram a receber uma ajuda financeira direta para não desempenharem mais a atividade agropecuária, ou seja, para deixarem de produzir.

Assim, cada vez menos ligada à produção de gêneros alimentares, a agricultura francesa deve se direcionar para novos objetivos como a produção de energia e de moléculas de base para a indústria, proteção dos espaços e das riquezas naturais e culturais etc. Nesse processo, a especificidade do mundo agrícola, relacionada à imagem de um produtor da terra, da sua capacidade de produção de alimentos para a sociedade, de contato com a natureza, etc. perdeu em parte o seu significado.

Não obstante essa crise de identidade, do ponto de vista político, os agricultores, por meio das suas organizações profissionais, têm desempenhado papel fundamental junto ao Estado francês na definição das políticas para o setor. Essa influência se dá não apenas no âmbito nacional, mas também, no contexto da União Européia, sendo a França a maior defensora da manutenção dos subsídios agrícolas por intermédio da PAC.

O processo de formação das organizações profissionais agrícolas (OPAs) e suas relações com o Estado

De acordo com Pesche (2000), o conjunto das organizações profissionais agrícolas (OPAs) na França tem como característica principal o fato de serem geridas pelos agricultores. Assim, de acordo com esse autor, o espaço concernente as OPAs abrange, além dos sindicatos, das cooperativas e das associações especializadas por produto, os estabelecimentos de crédito, as Câmaras de Agricultura e os órgãos técnicos (Centros de Gestão, Institutos Técnicos etc.).

Para se entender a importância política assumida por essas organizações no direcionamento da agricultura francesa, considerou-se relevante fazer um resgate do seu processo histórico de formação.

A história das organizações coletivas na França está associada ao sistema corporativo que organizou, durante o Antigo Regime, numerosos artesãos e comerciantes nas cidades. Esse sistema corporativo consistia basicamente num conjunto de regras e normas relativas ao exercício e ao acesso à profissão, tendo como objetivo principal manter o controle sobre a concorrência, ou seja, sobre o número de trabalhadores numa mesma profissão (DESCROZAILLE, 2003).

A questão do controle sobre a concorrência foi também o argumento que justificou o desenvolvimento das organizações coletivas no meio rural até a Revolução Francesa (1789). Isso porque, com a Revolução Francesa e a Constituição do Novo Regime, o respeito à liberdade individual de escolha e, sobretudo, a liberdade de empreender ganhou importância fundamental.

Essa liberdade de empreender foi garantida juridicamente¹ por meio da abolição de todas as formas de organizações sócio-profissionais características do Antigo Regime, como as corporações de ofícios, determinando o fim das formas de reagrupamento e de proteção à profissão.

Entretanto, o fim do século XIX e o início do XX apresentaram uma conjuntura marcada por vários acontecimentos que favoreceram o desenvolvimento e a expansão das organizações profissionais agrícolas.

Hervieu (1997, p. 71-72) destaca que,

Esse mundo das organizações começou a se construir no último quartel do século XIX, no momento em que os campos franceses, esvaziados de suas atividades não agrícolas, tornam-se o espaço exclusivo da agricultura. Essa divisão espacial do trabalho, mais tardia na França do que na Grã-Bretanha, nos países do norte ou do sul da Europa,

¹ De acordo com a Lei de Chapelier e com o Decreto de Allande de 1791.

favoreceu a auto-identificação dos agricultores que se afirmava publicamente, em virtude do seu isolamento, pela multiplicação de organizações, por meio das quais ele manifesta e reivindica a especificidade da sua condição. A participação de cada agricultor francês nas diversas organizações disponíveis foi, ao longo da III República, o vetor essencial de sua identificação cultural e política (Tradução nossa).

Esse contexto de identificação cultural e política dos agricultores franceses não podem ser dissociados do processo de constituição da Terceira República (1870-1939) e dos conseqüentes conflitos pelo poder entre republicanos e aristocratas que marcaram esse período, como destacam Gervais et al. (1974), Hervieu (1997) e Pesche (2000).

Assim, desde 1867, Edouard Lecouteux, jornalista e agricultor, fundou a aristocrática Sociedade dos Agricultores da França. Essa sociedade, na presidência dos marqueses de Dampierre e de Vogue criaram em 1886 a União Central dos Sindicatos Agrícolas (UCSA), com o objetivo de coordenar a ação dos sindicatos. Na perspectiva de Gervais et al. (1974), no entanto, essa iniciativa visava à utilização dos sindicatos para enquadrar política e socialmente os produtores para que estes não fossem cooptados pela ideologia republicana.

Em contraposição à Sociedade dos Agricultores da França, foi criada em 1880 pelos republicanos, por meio da iniciativa de Gambetta, a Sociedade Nacional de Encorajamento à Agricultura e, em 1881, o Ministério da Agricultura.

Em relação à criação das duas associações, a Sociedade dos Agricultores da França e Sociedade Nacional de Encorajamento à Agricultura, Gervais et al. (1974) destacam que elas se justificaram mais pelo interesse da aristocracia e da burguesia rural de controlarem os campos e de cooptarem os favores do eleitorado agrícola do que pela preocupação com os problemas e dificuldades enfrentadas pelos agricultores. Isso porque, em 1881, a agricultura representava 50% da fortuna privada, 50% da população ativa francesa e 54% da renda nacional.

Quanto à criação do Ministério da Agricultura, Hervieu (1997) observa que essa iniciativa do presidente León Gambetta (1920-1924) e dos republicanos definiu por mais de um século a especificidade do lugar dos agricultores e de suas organizações na vida política francesa.

Gervais et. al. (1976, p. 398) observam que a criação do Ministério da Agricultura deveria assegurar a fidelidade dos homens do campo aos ideais republicanos. Assim,

(...) se tratou de enquadrar os agricultores por todos os atos de sua vida, por meio de uma administração única e por um conjunto de funcionários específicos. Concebido segundo os mesmos critérios que o Ministério das Colônias, ele deve assegurar a fidelidade dos campos à República. Os funcionários técnicos e as subvenções foram os instrumentos dessa política clientelista. (Tradução nossa)

Nesse contexto, destaca-se que desde 1884 foram criadas, de acordo com Descrozaillie (2003), novas leis que possibilitaram o reagrupamento em torno de uma mesma atividade, favorecendo, ao mesmo tempo a criação e a diferenciação quanto aos objetivos das organizações profissionais agrícolas (cooperativas, sindicatos e grupos de crédito ou de seguro). Dentre essas leis destaca-se a de 1901, que regulamentou os direitos dos indivíduos de se organizarem coletivamente sob a forma de sindicatos, associações e/ou cooperativas.

Em relação à ênfase dada pelos republicanos à criação e expansão das cooperativas e estabelecimentos de crédito e de cooperação mútua², Gervais et. al. (1976, p. 398-399) destacam que,

² Os estabelecimentos de cooperação mútua foram criados inicialmente nas áreas urbanas, juntamente com as corporações de ofício e, posteriormente se expandiram no meio rural. Tinham caráter essencialmente assistencialista, visando dar auxílio econômico às famílias, às viúvas dos trabalhadores e aos inválidos. Eram também denominadas de associações de defesa mútua.

Diferentemente da direita, os republicanos insistem menos sobre o aspecto moral de suas ações e mais sobre os seus aspectos econômicos. É por esta razão e, sobretudo, pela importância dos sindicatos, que eles criaram as cooperativas e os estabelecimento de crédito. Na realidade, os dois tipos de organizações exercem as mesmas funções. O sindicato vende adubos e apólices de seguro porque ele precisa « fazer negócios » para ser próspero e prestar serviços aos agricultores, condição de sua adesão. A cooperativa utiliza seus benefícios para fundar obras de solidariedade e difundir uma boa propaganda. Os dirigentes não eram os agricultores. Eles pertenciam as classes médias das cidades e pequenas vilas. Eles possuíam propriedades rurais, mas (...) eram advogados, médicos, veterinários ... (Tradução nossa).

Para se ter uma idéia da importância dessas organizações, os referidos autores destacam que em 1919, logo após o fim da I Guerra Mundial, 50% dos agricultores participavam de pelo menos uma dessas organizações profissionais. A União Central dos Sindicatos congregava 28 uniões regionais, 4 mil sindicatos e quase 1 milhão de sindicalizados, representando 25% dos agricultores. O Crédito Agrícola, por sua vez, reunia 300 mil sócios e as 2.500 cooperativas existentes somavam 500 mil membros. As caixas locais de seguro contavam com 10 647 estabelecimentos em 1910 e 16 419 em 1925 (GERVAIS et.al.,1976).

Uma primeira tentativa de unificação dessas organizações profissionais que, de certa forma, representavam os interesses dos agricultores, foi feita no decorrer da I Guerra Mundial, durante a realização do Congresso da Agricultura Francesa no ano de 1919 em Paris. Neste congresso foi proposta e aprovada a criação da Confederação Nacional das Associações Agrícolas (CNAA).

Essa tentativa de unificação do movimento profissional agrícola se explica pela necessidade dessas organizações em mostrarem para o governo e demais forças políticas e sociais da época, a unidade daqueles que representavam os agricultores.

Entretanto, essa tentativa de união durou somente até 1925, quando as organizações que compunham a Sociedade Nacional de Encorajamento à Agricultura se retiraram da Confederação Nacional das Associações Agrícolas (CNAA), levando-a ao esvaziamento.

Entre as duas guerras mundiais, várias associações especializadas por produto foram criadas por iniciativa dos grandes produtores, tais como a Confederação Geral dos Plantadores de Beterraba, a Associação Geral dos Produtores de Trigo e a Confederação Geral do Leite, a Confederação Geral dos Produtores de Frutas e Legumes, entre outras. Todas elas foram criadas com o objetivo de intervir para organizar os mercados de acordo com os seus interesses, no âmbito de um sistema interprofissional garantido pelo Estado.

Além das associações especializadas, o Estado tentou institucionalizar a representação do mundo agrícola, por meio da criação em 1924 de estabelecimentos públicos profissionais em nível departamental, as Câmaras de Agricultura, com o objetivo de se constituírem:

Próximo dos poderes públicos, os órgãos consultivos e profissionais dos interesses agrícolas de sua circunscrição podem criar ou subvencionar todos os estabelecimentos, instituições ou serviços de utilidade agrícola, todas as empresas coletivas de interesse agrícola. Instituição profissional reconhecida como estabelecimento público, a câmara de agricultura é mais « moderna » que outros organismos consulares, como as câmaras de comércio por exemplo, já que a representação das organizações profissionais está prevista e que o direito de voto é reconhecido aos assalariados agrícolas e as mulheres (GUYAU, 2004, p. 34). (Tradução nossa)

Entretanto, somente em 1940, com a promulgação da lei relativa à organização corporativa da agricultura foi instaurada a unidade das organizações profissionais agrícolas por meio da constituição da Corporação dos Agricultores.

A promulgação dessa lei, de acordo com Gervais et al. (1976), foi o resultado de dez anos de esforços doutrinários e de campanhas de divulgação, além de quatro meses de negociações entre o Ministério da Agricultura e os dirigentes sindicais.

Essa organização corporativa prevista pela lei estava estruturada com base em três princípios fundamentais: unidade, autoridade e obrigação.

Segundo Hervieu (1997), essa unidade foi expressa pela existência de apenas um sindicato em nível local (geralmente a comuna), que agrupou todas as categorias sociais da profissão: proprietários, arrendatários, parceiros, assalariados; uma só união regional (geralmente o departamento); e, apenas uma Comissão em nível nacional.

A lei previa também a unicidade dos organismos de crédito rural e mútuo, além das cooperativas. Os dois quintos dos membros dos seus conselhos de administração eram nomeados pelos sindicatos. As associações especializadas tornaram-se grupos especializados no âmbito dos sindicatos e as câmaras de agricultura em nível departamental foram suprimidas, passando a existir apenas as regionais, com maior competência técnica (GERVAIS et. al., 1976).

O princípio da livre escolha dos dirigentes foi substituído pela designação efetuada pelo escalão imediatamente superior. Ou seja, um sindicalista dirige em escala local sob a autoridade do sindicato regional e assim sucessivamente.

Na avaliação de Hervieu (1997), o sindicalismo suplantou rapidamente todas as outras organizações, tais como as cooperativas, associações ou caixas de crédito agrícola, integrando-as à sua estrutura. Isso porque, embora teoricamente seja facultativo aos agricultores se tornarem sindicalizados, eles têm a necessidade de participar de uma caixa de seguro social, o que não pode ser feito sem ser sindicalizado.

Uma característica marcante desse corporativismo diz respeito à ausência de autonomia financeira, sendo justificada pela dependência administrativa do Estado. Sem poder assegurar seu

próprio financiamento, a Corporação sobrevive de subvenções do governo.

Com o desenrolar da II Guerra Mundial e a invasão alemã à França, a crise econômica foi inevitável e, em 1944, o General de Charles de Gaulle, que assumiu o poder, posicionou-se contrariamente ao sistema corporativo, dissolvendo a Corporação dos Agricultores. A constituição de novos agrupamentos agrícolas, públicos ou privados, em nível regional ou nacional deveriam ser submetidos à autorização prévia do Ministro da Agricultura após comunicar o Comitê Nacional de Ação Agrícola (CNAA).

Não obstante essa resolução do General de Gaulle, em 1945 ocorreu em Paris, o congresso da União dos Agricultores da Confederação Geral da Agricultura (CGA). Articulada clandestinamente desde 1941 por militantes socialistas de organizações agrícolas dissolvidas ou perseguidas pelo regime de Vichy, eles tentaram se reagrupar no meio rural com o objetivo de criar uma Confederação Geral da Agricultura.

Com a ascensão ao poder do ministro socialista Pierre Tanguy-Prigent e o seu apoio a essa organização, ela passa a encarnar o elemento-chave do novo sistema de organização dos agricultores. A Confederação Geral da Agricultura - CGA deveria representar a unidade de todos os trabalhadores que vivem da terra, privilegiando as organizações econômicas que permitem à agricultura valorizar seus produtos.

A CGA se fundamentou em dois princípios: da unidade, excluindo os não produtivos, e a separação, no âmbito sindical, do político e do econômico. A Federação Nacional dos Sindicatos dos Exploradores Agrícolas (FNSEA) foi criada em 1946, como um dos sete ramos que compunham a CGA³.

Desenvolveu-se então no interior da CGA, um conflito profundo entre duas visões diferenciadas do mundo agrícola: aquela defendida pelos socialistas da CGA e a dos antigos

³ Além da FNSEA, compunham a CGA: três federações da antiga Associação do Boulevard Saint-Germain e três federações de assalariados (técnicos e trabalhadores afiliados à CGT e à CFTC).

membros da corporação representados pela FNSEA. A partir dessas duas visões, foram postuladas duas políticas agrícolas diferenciadas e que se inscreveram na luta política pelo poder.

A definição desses conflitos e, conseqüentemente, da opção pela modernização da estrutura produtiva, foi realizada em 1952 por ocasião da posse dos presidentes eleitos para as Câmaras de Agricultura. O ministro da agricultura empossou, numa sessão extraordinária, o presidente da FNSEA como o mandatário máximo da Assembléia Permanente dos Presidentes das Câmaras de Agricultura (APPCA). Esse foi, na avaliação de Guyau (2004), o último confronto entre as duas grandes estruturas sindicais agrícolas francesas. A partir de então a CGA perdeu todo o seu poder para a FNSEA.

De acordo com Hervieu (1997), ao final da Segunda Guerra Mundial, quatro pilares formaram a estrutura do novo dispositivo institucional que assegurou a representação do mundo agrícola junto aos poderes públicos: duas federações sindicais (FNSEA e o Centro Nacional de Jovens Agricultores - CNJA), uma confederação de organizações econômicas de crédito mútuo (a Confederação Nacional da Mutualidade, da Cooperação e do Crédito Agrícola - CNMCCA) e um estabelecimento público (a Assembléia Permanente das Câmaras de Agricultura – APCA).

Para Hervieu (1997, p. 81)

Esse dispositivo foi o centro de elaboração de uma política agrícola de modernização codificada pelas Leis de Orientação de 1960 e 1962, chamadas de Leis Debré-Pisani. Em 1966 foi constituído o Conselho de Agricultura Francesa (CAF), presidido pela FNSEA, que coordena os « quatro grandes » em vista de negociações com os poderes públicos e da instalação de uma co-gestão Estado-profissão da política agrícola. (Tradução nossa)

Deve-se ressaltar que, durante a Segunda Guerra Mundial, muitos dos sindicatos e associações criados nesse período sobreviveram na clandestinidade. Com o fim da guerra e a necessidade de reconstrução do país, a agricultura desempenhou

papel fundamental. Entretanto, era necessário mudar a estrutura produtiva da agricultura francesa para que ela conseguisse expandir significativamente a sua produção e, assim garantir que o país se tornasse um grande exportador de produtos agrícolas.

Nesse contexto, como observa Abramoway (1999, p. 35)

A direita representada pela FNSEA opunha-se não só a uma influência socialista e comunista considerável, como, sobretudo democrata-cristã, representado pela Juventude Agrária Católica (JAC) – (...) – que conseguiu unificar setores importantes da agricultura em torno do projeto modernizador do General de Gaulle.

A estratégia utilizada pelos dirigentes da FNSEA foi de tentar colocar em oposição à unidade do mundo rural representada por essa federação e os que eram favoráveis ao projeto modernizador da agricultura (Estado, JAC, setor agroindustrial etc.). Todavia, essa estratégia foi derrotada, sendo que o Centro Nacional de Jovens Agricultores (CNJA) filiou-se à FNSEA e derrotou as teses contrárias à modernização da agricultura francesa defendidas por essa federação.

De acordo com Abramovay (1999, p. 36),

(...) o interessante do caso francês é que esta adesão às premissas básicas da racionalidade econômica e a sua crítica a constatação de natureza corporativa tal como se manifestava entre os antigos dirigentes sindicais, não significava, entretanto, adesão a posições liberais. A eficiência econômica não era, para os jovens agricultores franceses, sinônimo de repúdio a qualquer forma de intervenção estatal. Ao contrário, o Estado deveria, juntamente com a representação sindical, gerir essa transição. (...) O caso francês é aquele em que a co-gestão da modernização agrícola entre o Estado e a profissão – envolvendo a reorganização das práticas produtivas e dos mercados, a formação dos agricultores, o controle da evolução das estruturas agrárias e a administração da política de êxodo rural – chegou mais longe.

Essas mudanças fortemente apoiadas pela parcela dominante da representação sindical francesa culminaram com a implementação da Lei de Orientação Agrícola de 1960 e Leis Complementares de 1962, que culminaram na reestruturação produtiva da agricultura francesa. Essa mesma reestruturação produtiva que fez com que a França se tornasse auto-suficiente na produção agropecuária nos chamados “Trinta Anos Gloriosos”, levou à intensificação, a partir dos anos 1980, dos problemas relacionados aos excedentes, culminando com as reformas da Política Agrícola Comum – PAC.

As reformas da PAC, a mudança de perspectiva do enfoque setorial para o territorial e a crise de identidade dos agricultores franceses e de suas organizações profissionais

Dentre as várias medidas adotadas pelas reformas da PAC, a mais polêmica e preocupante para o futuro dos produtores, se refere ao pagamento direto, como compensação da queda nos preços de sustentação, constituindo-se numa forma de controlar a oferta de produtos agropecuários.

Nesse contexto, emerge uma crise de identidade dos produtores franceses que atinge, por conseqüência, suas organizações profissionais, especialmente as representações sindicais.

Em relação à PAC, Saraceno (2002) distingue três etapas na evolução das políticas de desenvolvimento rural na Europa, quais sejam: a) na primeira etapa que vai até fins da década de 1980, as políticas tiveram um caráter de acompanhamento das políticas de mercado, com uma lógica fortemente setorial; b) na segunda, em que se percebeu o fracasso dessa concepção setorial, mudando-se a abordagem para uma lógica territorial e não mais setorial, por meio da implementação do Programa LEADER – Ligações Entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural -, que se constitui num instrumento de intervenção com enfoque local no desenvolvimento em áreas rurais; e, c) mais recentemente, na terceira etapa, em que

a autora caracteriza como de integração dos enfoques setoriais e territoriais.

Em documento publicado pela Comissão Européia, intitulado “Reforma do PAC: Desenvolvimento Rural” (2002, p. 87), essa preocupação com o enfoque setorial e territorial fica explícito:

(...) paralelamente à adoção de medidas de mercado e ao cumprimento das exigências de uma agricultura européia competitiva, há também que ter em conta as diversas necessidades do mundo rural, as expectativas da sociedade atual e os imperativos ambientais. A nova política de desenvolvimento rural, que se tornou o ‘segundo pilar’ da Política Agrícola Comum, dá resposta a essas preocupações. Enquanto elemento fundamental do modelo agrícola europeu propõe-se estabelecer um quadro coerente e durador (sic), que garanta o futuro das zonas rurais e contribua para a manutenção e criação de empregos.

Os princípios norteadores do programa LEADER foram identificados na valorização dos seguintes aspectos:

- **Multifuncionalidade da agricultura**, ou seja, as diversas funções que desempenha, para além da produção de alimentos. Isto implica o reconhecimento da vasta gama de serviços prestados pelos agricultores e o incentivo a essas atividades.
- **Abordagem multisetorial** e integrada da economia rural, a fim de diversificar as atividades, criar novas fontes de rendimentos e emprego e proteger o património rural.
- **Flexibilização** dos apoios ao desenvolvimento rural, baseada no princípio de subsidiariedade e destinada a favorecer a descentralização, a consulta à escala regional e local e o funcionamento em associação.
- **Transparência** na elaboração e gestão dos programas, a partir de uma legislação simplificada e mais acessível.

O Programa LEADER, que encerrou sua terceira etapa (o LEADER +) em 2006, tem como objetivo o desenvolvimento das capacidades dos agentes locais das comunidades rurais, “apoando

projetos-pilotos inovadores realizados por grupos de ação local e estimular o intercâmbio de experiências e a cooperação transnacional neste domínio” (OLIVEIRA, 2002, p. 10).

De acordo com este autor, os “projetos a serem beneficiados pelo programa são articulados e montados, no nível local, por grupos de ação local, que podem tomar distintas formas jurídicas. Desses grupos participam várias instituições públicas e privadas de âmbito local, provincial, regional e até mesmo nacional” (OLIVEIRA, 2002, p. 10).

Em termos gerais, a União Européia se encarrega da definição das linhas de atuação do LEADER - que deve estar em consonância com a PAC - sendo responsável também pela obtenção dos recursos financeiros via Fundos Estruturais Europeus.

Em relação à PAC merece destaque o fato deste estar assentado sobre dois princípios: da descentralização das responsabilidades e da flexibilidade das ações. Esses princípios se expressam no âmbito dos países-membros pela possibilidade que estes têm de “apresentar propostas de programas no nível geográfico que considerem mais adequados, optando, dentro da vasta gama de medidas prevista pelo regulamento, pelas que considere mais relevante, em função das suas necessidades e prioridades.” (COMISSÃO EUROPÉIA, 2003, p. 88).

Em relação à França, esses princípios e orientações mais gerais da PAC se expressam no Plano de Desenvolvimento Rural Nacional, aprovado pelo parlamento francês em 2002 e que norteia as políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento rural.

Diante dessas novas perspectivas colocadas pelas reformas da PAC, o importante não é mais a produção de alimentos e de produtos agrícolas, sobretudo dos gêneros indiferenciados – as *commodities* - e sim manter a vitalidade dos territórios rurais, seja como lugar de moradia e/ou segunda residência, seja por meio da exploração das diversas atividades desenvolvidas em tais espaços, como o turismo rural, a preservação dos patrimônios histórico e natural (com os cuidados com a fauna, a flora e a reconstituição de

florestas) e a produção de bens de qualidade, sejam os orgânicos ou do *terroir*⁴, destinados a certos nichos segmentados de mercado.

Considerações finais

As organizações profissionais agrícolas na França desempenharam papel fundamental no processo de modernização da agricultura, por meio do estabelecimento da co-gestão, que possibilitou a unidade da representação desse segmento junto ao Estado.

Todavia, esse modelo de representação política dos interesses dos agricultores junto ao Estado francês tem passado por dificuldades na medida em que as reformas da PAC ao introduzirem o pagamento direto aos agricultores como compensação à queda nos preços dos produtos agropecuários até então fortemente subsidiados, geraram uma crise de identidade dos agricultores, já que estes passaram a receber ajuda financeira direta desvinculada da produção.

Nesse contexto, não apenas os agricultores deverão se adaptar às novas exigências, mas também as suas organizações profissionais agrícolas terão que desenvolver outras estratégias de representação num momento de crise econômica, de redução dos recursos destinados à agricultura e de questionamentos da própria sociedade francesa sobre a viabilidade econômica e social de manter os produtores recebendo a ajuda financeira.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Dilemas da União Européia na Reforma da Política Agrícola Comum**. FEA/USP: São Paulo, 1999. (Tese de Livre docência)

⁴ *Terroir* é uma expressão francesa, sem equivalente em português, que designa o conjunto de fatores e condições (naturais, sociais, culturais, técnicas, etc.) de cultivo, consideradas tradicionais e que são específicas de uma determinada região.

HESPANHOL, R.A. de M. As organizações de produtores rurais na França.

COMISSÃO EUROPEIA – Direção Geral da Agricultura. **Reforma da PAC: Desenvolvimento Rural**. Publicado em 2003. Disponível em: <http://europa.eu.int/comm/dg06/index.htm>. Acesso em 30 de Março de 2004.

DESCROZAILLE, Frédéric. Histoire du syndicalisme agricole français: l'organisation paysanne, rempart contre la baisse du revenu paysan. **Raison Présent**, n° 148, p. 25-42, 4° Trimestre, 2003.

GERVAIS, Michel; JOLLIVET, Marcel; TAVERNIER, Yves. La fin de la France paysanne: de 1914 à nos jours. IN: DUBY, Georges; WALLON, Armand (Org.). **Histoire de la France Rurale**. Paris: Seuil, 4 volumes, 1976 (Collection l'Univers Historique).

GUYAU, Luc. **A quoi sert une chambre d'agriculture?** Paris: L'Archipel, 2004.

HERVIEU, Bertrand. **Les Agriculteurs**. Que sais-je? Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

FRANÇA – MINISTERIO DA AGRICULTURA E DA ALIMENTAÇÃO, DA PESCA E DOS NEGOCIOS RURAIS (2004) – **Agreste**. Disponível em: www.agreste.agriculture.gouv.fr. Acesso em janeiro de 2005.

OLIVEIRA, Rodolfo O. de. Desenvolvimento, política agrícola e política rural: do setorial ao territorial. **Informações Econômicas**. IEA: São Paulo, v. 32, n° 12, p. 7-15, 2002.

PESCHE, Denis. **Le syndicalisme agricole spécialisé en France**. L'Harmattan: Paris, 2000.

SARACENO, E. **La experiência europea de desarrollo rural y utilidad para el contexto latinoamericano**. Disponível em: <http://eco.unicamp.br>. Acesso em 15 de agosto de 2003.

Recebido em fevereiro de 2006
Aceito em março de 2007